

Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960 - 1970)

Prof. Dr. Mauro Passos (UFMG)

Profa. Dra. Lucília de Almeida Neves (PUC-Minas)

Os jogos dos passos moldam espaços...

Tecem lugares.

(Michel de Certeau)

Um redemoinho de imagens compõe o cenário brasileiro de 1960. Atravessa a bruma do tempo e vai-se hospedando na sombra do catolicismo. Solicita interpretações. Pergunta questiona e desafia. Momento de crises. Crises. Foram anos de efervescência e mobilização popular. Paradoxalmente, foi também um tempo de autoritarismo e desrespeito aos direitos humanos. Na verdade, por seu impacto na sociedade brasileira, essa conjuntura merece ser mais trabalhada, analisada e pesquisada, considerando os diferentes sujeitos históricos que modularam esse quadro.

A década de 1960 pode ser dividida em duas fases. A primeira antecedeu ao regime militar autoritário e corresponde aos quatro primeiros anos. A segunda teve sua marca inicial em 1964 e corresponde à implantação desse regime. No seu conjunto, foi um período complexo, caracterizado pelo cultivo e frustração de diferentes utopias. Era preciso vencer a perplexidade, superar o medo e plantar as sementes de uma revolução ou, então, mobilizar forças para diversas reformas sociais. Período rico de elaboração política, de acertos e erros. Os retalhos que restam na memória abrigam crises, insurgências, heroísmos de uma realidade em movimento. Lembram, ainda, o silêncio orquestrado de vozes silenciadas.

Este texto pretende analisar o movimento do catolicismo brasileiro na luta pelos direitos humanos e sociais. O binômio direitos sociais e direitos humanos determina, nesse texto, um mesmo ponto de partida - o conceito, a perspectiva histórica e um projeto a ser encarnado. Essa dupla expressão circunda pessoas, grupos e classes sociais. O envolvimento do catolicismo nessas questões contribuirá para renovar sua própria prática. Estaremos privilegiando a atuação dos militantes católicos progressistas.

A travessia desse tempo pontua lembranças, situações, acontecimentos, discursos, menções. Deambula por lugares conhecidos, como também por aspirações diversas. O novo lugar que, progressivamente, o catolicismo foi ocupando na sociedade brasileira, neste período, modificou seu perfil tanto interno, quanto externamente. Com isso, a imagem tradicional da Igreja, sua linguagem e sua projeção na sociedade apresentavam uma nova direção. A instituição eclesiástica começava a abrir novos horizontes em sua práxis. Este trabalho pretende compreender, particularmente, três

aspectos centrais: o lugar e a função do catolicismo na sociedade brasileira, os condicionamentos históricos e religiosos que possibilitaram sua mudança interna e externa, o novo modo de ser Igreja. Essa articulação com o universo social é um aspecto importante para a compreensão da história religiosa.

Trata-se de um período bastante ambíguo, pois a realidade que circunda o catolicismo intriga seu percurso no contexto brasileiro. Como se situar frente às incertezas do presente e avizinhar-se de temas e situações que bradam por justiça, liberdade, participação? Como articular experiência de fé e compromisso social numa sociedade excludente? Uma característica desse período foi buscar caminhos mais bem sintonizados com os desafios da realidade brasileira, sobretudo na defesa dos direitos humanos e sociais.

1. A mudança de lugar... a mudança do olhar

O desenho do catolicismo brasileiro comporta uma diversidade de atos e atores. Como dar sentido ao seu passado? Como um possível limite cronológico, pode-se estabelecer o final de 1950 e início de 1960. As relações entre catolicismo e sociedade possibilitam diálogo, maior união e diversos pontos de convergência.

O tecido histórico da década de 1960, convida-nos a um movimento no olhar que vislumbre a pluralidade do período. O pensamento religioso não evolui sozinho no espaço simbólico. Ele interage com outras formas de pensamento e outras esferas de organização social, política e cultural

A alvorada da década de 1960 encontrou a sociedade civil brasileira extremamente polarizada. Respirava-se política por todos os poros. O apelo popular do governo Jango, iniciado em meados de 1961, era muito forte, no entanto, as forças opositoras, também, estavam muito mobilizadas. Na verdade, estavam em jogo dois projetos substancialmente diferentes para o Brasil. Duas vozes dissonantes.

De um lado reuniam-se, em uma ampla frente que lutava por transformações, os movimentos populares, os sindicatos, os estudantes articulados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), as ligas camponesas, os militares nacionalistas, as frentes parlamentares reformistas, os socialistas, os comunistas, o clero e os leigos dos movimentos católicos progressistas. As posições desses grupos, de modo geral, coincidiam com a idéia de se proceder a uma ampla reforma econômica e social no Brasil. Reforma de cunho socialista popular cujo objetivo era, sobretudo, alcançar um desenvolvimento pleno, através da superação das condições de subdesenvolvimento. Momento de desafio frente aos problemas de ordem política, econômica, educacional, religiosa. Nesse período, alguns leigos e membros da hierarquia católica começaram a se interessar por problemas fundamentais - família, educação, reforma agrária, desenvolvimento econômico,

educação. Era um período que antecedia as eleições no país. Essa era uma atitude nova do catolicismo brasileiro, procurando balizar a pastoral com referências na realidade histórica ¹.

Em outra posição, diametralmente oposta, situavam-se diversos setores da sociedade brasileira que, através de um postura simultaneamente modernizante e conservadora, apostavam em um programa de desenvolvimento econômico arrojado, internacionalizado, menos voltado para a produção de artigos destinados ao consumo popular e mais direcionados, por um lado, para implantação de indústrias de ponta; por outro, para preservação da estrutura agrária do país. Nele se agregam militares vinculados à Escola Superior de Guerra, proprietários rurais, setores do empresariado nacional, parlamentares ligados, principalmente, à UDN, investidores internacionais, segmentos expressivos da classe média e setores conservadores da Igreja Católica.

Nesse caminho, a influência da política norte-americana se faz sentir sobremaneira. A Aliança para o Progresso, lançada pelo Presidente John Kennedy, propunha um programa para atender às necessidades do Nordeste.

Diversos organismos, institutos e frentes de trabalho foram também criados, sob a orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o objetivo de preparar os religiosos e os agentes de pastoral para o trabalho social - o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), o Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS), para orientar as pesquisas e os trabalhos dos católicos.

Com a eleição de João XXIII, novas contribuições e motivações marcaram o rumo da Igreja no Brasil. Suas encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in terris* (1963) contribuíram para a renovação do catolicismo. A Comissão Central CNBB publicou uma declaração, em 1963, denunciando a situação social:

"Ninguém desconhece os clamores das massas, que, martirizadas pelo espectro da fome, vão chegando, aqui e acolá, às raias do desespero. [...] O rolo compressor de certos grupos insaciáveis, pela dinâmica do lucro exorbitante, pela ganância incontrolável e ilimitada, tem causado o agravamento da situação política, econômica e social do País. Não nos referimos, evidentemente, às pequenas e médias empresas, nem à classe média sempre mais sacrificada e rarefeita. Referimo-nos aos que, a pretexto de combaterem o comunismo com medo de perderem seus privilégios, alimentam paradoxalmente a propaganda das idéias subversivas e esgotam a paciência dos pobres" (CNBB, 1963: 627, 628).

Vale destacar a mudança de linguagem do documento. Em nível de discurso, o texto articula a questão da classe social com o sistema constituído. As palavras estruturam-se em uma totalidade

¹ A revista "Síntese política, econômica e social", 7 (1960) editou vários artigos e conferências realizadas por esse grupo de bispos.

significativa. Há uma preocupação maior do que simplesmente informar ou explicar. Não se trata de uma palavra ou frase dita às camadas populares ou às classes dominantes. É uma nova entidade que estabelece relação com o que está acontecendo no nível político, econômico, social e suas conseqüências para a vida humana, tanto pessoal quanto coletiva. Portanto, o discurso não constitui um fim em si mesmo, nem pretende, apenas, veicular mensagens e valores religiosos, mas possui um objetivo maior - interagir socialmente. Nessa mesma linha, em 1966, os bispos do Regional Nordeste II reafirmam o conteúdo de um manifesto da Ação Católica Operária sobre a situação dos trabalhadores do Nordeste: "Deploramos e condenamos todas as injustiças cometidas contra os trabalhadores. [...] Somente pela união de todos será possível a defesa dos interesses coletivos" e, no final do documento, acrescentam: "Reafirmamos, enfim, nossa confiança e nosso apoio às organizações que atuam no meio operário e no meio rural" (CNBB, 1966: 248). Todos esses elementos contribuíram para continuar e dinamizar o envolvimento do catolicismo nas questões sociais e na defesa dos direitos humanos.

Em 1968, um acontecimento marcou uma nova etapa do catolicismo na América Latina - a 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín. Fruto de condições históricas sociais e religiosas, que tiveram início na década de 1950, esse evento trouxe novas esperanças para o catolicismo. Era a segunda vez que o episcopado desse continente se reunia. A primeira conferência ocorreu em 1959, na cidade do Rio de Janeiro. Priorizou as questões internas da Igreja. Medellín, ao contrário, voltou-se para os problemas da América Latina. As diversas comissões consideraram como ponto de partida de seus trabalhos a realidade histórica.

De mero consumidor, o leigo passa a sujeito participante, sujeito ativo. Sua participação foi ganhando corpo e expressão nas comissões, nas pastorais, nos grupos de reflexão. Com ele, o percurso popular da Igreja Latino-Americana vai ganhando outros contornos e novas formas, buscando abranger a justiça social, uma educação libertadora, a paz e a promoção humana. Todos esses temas estão contemplados em Medellín.

2. Esboço de uma prática: bravos movimentos

O catolicismo, para o qual nosso olhar se volta, é em primeiro lugar aquele que molda novos espaços no horizonte dos direitos sociais e humanos. O processo de mudança por que passava teve novo impulso e grande criatividade, a partir da década de 1960.

O distanciamento do poder estabelecido, a aproximação e identificação do catolicismo brasileiro com a causa das camadas populares fizeram com que o acolhimento dos desafios e dilemas alargasse, sempre mais, seu horizonte. Os programas e as atividades de clérigos e leigos ganharam corpo. A partir de 1960, ocorre uma maior articulação e uma sistematização mais abrangente. A participação popular vai demonstrando uma maior consciência crítica no plano

político e social. No entanto, em 1964, o regime autoritário trouxe consigo as marcas do desrespeito aos direitos civis, políticos e sociais. Eram os anos de chumbo que se iniciavam, caracterizados pela perseguição aos dissidentes e a todos aqueles que, de alguma forma, a ele se opusessem. Nesse contexto político, ocorre uma relação de mútuo apoio nas diversas iniciativas, manifestações e organizações. Ao empunhar a bandeira dos direitos sociais e humanos, o catolicismo entra num confronto direto com o Estado, principalmente, depois da publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5). Com esse "golpe dentro do golpe", o Congresso foi fechado, a liberdade civil e de imprensa eliminadas. Assim, os serviços de informação e coerção ganharam carta-branca para adotar medidas extremas contra a oposição ao regime. Durante a XI Assembléia Geral da CNBB, em maio de 1970, foi produzido um documento que denunciava os abusos do regime militar contra os direitos humanos e sociais:

"Não podemos admitir as lamentáveis manifestações da violência, traduzidas na forma de assaltos, seqüestros, mortes ou quaisquer outras modalidades de terror. [...] Pensamos no exercício da JUSTIÇA, [...] que, sinceramente, cremos estar sendo violentado, com freqüência, por processos levados morosa e precariamente, por detenções efetuadas em base a suspeitas ou acusações precipitadas, por inquéritos instaurados e levados adiante por vários meses, em regime de incomunicabilidade das pessoas e em carência, não raro, do fundamental direito de defesa" (CNBB, 1970-1971: 85-86).

O documento é uma forte denúncia contra o autoritarismo absoluto. A censura e a onda repressiva do regime militar, particularmente durante a presidência do General Médici, silenciaram os focos de oposição. Nesse período, a Igreja Católica foi importante núcleo da oposição. Os episódios que se seguiram ao AI-5 foram decisivos para uma atuação mais crítica da Igreja. Não se trata mais de abordar esse tema como um ideal a ser alcançado, de forma abstrata ou conceitual. Trata-se de avançar na conquista dos direitos sociais e humanos de forma concreta. É dentro desse contexto que a Comissão Justiça e Paz, instalada oficialmente em outubro de 1969, adotaria os mesmos princípios da encíclica *Populorum progressio*. Nesse mesmo ano, como resposta ao AI-5, a CNBB manifestava sua preocupação para com a política econômica adotada e criticava qualquer sistema que colocava o lucro acima da pessoa humana: "o lucro é o valor *supremo* do progresso econômico, a concorrência é a lei *única* da economia, a propriedade privada dos bens da produção é o direito *absoluto*". De forma categórica, conclui o documento: "a partir do homem, que consideramos autêntico o desenvolvimento" (CNBB, 1969: 11-15).

Assim, a Igreja se diferenciava dos períodos anteriores. Uma série de fatos e situações sociais favoreceram sua evolução política e religiosa e renovaram sua ação. Esse sombrio clima provocou diversas respostas da hierarquia eclesiástica. De certa forma, fortaleceu a posição do

grupo mais progressista e engajado. Essa mudança afetou, ao mesmo tempo, sua visibilidade histórica e sua própria autocompreensão.

Os direitos humanos e sociais assumiram conotações e interpretações diversas na história do catolicismo brasileiro. Há silêncios, omissões, desacertos e acertos. Muitos leigos, sacerdotes e bispos se envolveram, cada vez mais, nos conflitos políticos e sociais. O regime político se posicionava na contramão dessa orientação. Desencadeou-se, assim, uma onda de violência contra todas as lideranças e mobilizações populares que não estavam de acordo com o regime. Nesse contexto, essa temática passa a ser vista sob outras perspectivas. Trata-se, não só de uma necessidade, mas principalmente de um direito. Aos ataques difamatórios, a Igreja responde com denúncias, lutas e seu envolvimento. Em 1968, o governo militar criticava as manifestações na celebração da missa de 7º dia, pelo assassinato do estudante Edson Luís (COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS, 1978: 8) ². Nesse panorama, a Comissão Central da CNBB publica, em setembro de 1969, uma nota com o título: "Igreja na atual conjuntura". Faz uma análise sobre os acontecimentos nacionais, os abusos de autoridade, a injustiça social e os atentados contra a dignidade da pessoa humana. No final, o documento afirma: "Fazemos nossas as conclusões de Medellín, as diretrizes Conciliares Pontifícias, em matéria de filosofia social. [...] para que o Brasil, de fato, se reencontre, sob a inspiração 'da justiça e da liberdade, do amor e da verdade'" (CNBB, 1977: 35).

Em meio às duras carências das populações do Nordeste, diversos bispos, leigos e, ainda, movimentos foram configurando o Movimento de Natal ³. Era um movimento cristão integral. Foi uma ação conjugada de evangelização e de ação social.

Um acontecimento fecundo foi o Primeiro Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste em 1961. Nesse evento, o Ministro do Trabalho, Franco Montoro, reconhecia os 22 sindicatos rurais organizados pela Igreja Católica (AZZI, 1981: 77). Pode-se perceber um alinhamento de forças, com vistas à transformação social. Os setores progressistas do catolicismo estavam aí circunscritos. Importantes setores da Igreja católica comprometeram-se com as questões sociais. A prática evangelizadora começava pela análise da realidade, pelo engajamento político e abria caminho para as questões sociais e humanas.

Em 1961, com apoio da CNBB, as experiências e o serviço de Escolas Radiofônicas ganharam um caráter oficial. Assim, se consolida e se amplia o Movimento de Educação de Base (MEB). Nasceu de um convênio entre a CNBB e o governo Jânio Quadros, em 1961

² Esse documento traz um histórico sobre a repressão na Igreja do Brasil e a causa dos direitos humanos. Apresenta também uma estatística sobre os índices de perseguição, morte e atentados à população brasileira. Elenca os textos oficiais da CNBB a favor dos direitos humanos.

(WANDERLEY, 1984: 48-49) ⁴. Esse programa, na realidade, estará atingindo diversas regiões do país. Pode-se, ainda, acrescentar o movimento da Ação Católica.

Nesse processo, o Encontro de Jornalistas Católicos fez horizonte na capital mineira, em 1963. Nesse mesmo ano, o jornal "Brasil, Urgente" editava seu primeiro número, sob a orientação do dominicano Frei Carlos Josaphat, em São Paulo. Era um instrumento de reflexão sobre os problemas sociais e políticos dos militantes católicos. Teve um importante papel para a reflexão e organização política, particularmente, nos centros urbanos, tais como: congressos, passeatas, manifestações estudantis e operárias ⁵.

A Teologia da Libertação foi um salto significativo nesse processo, juntamente com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Durante o regime militar, as CEBs resistiram às imposições e tornaram-se espaços para que os grupos pudessem se expressar religiosa e politicamente. Representantes da hierarquia católica foram se opondo ao regime militar, traduzindo em denúncia as arbitrariedades praticadas e dando, ainda, amparo às pessoas perseguidas. Alguns se tornaram também vítimas do autoritarismo, sofrendo prisões, expulsão do país, difamação, atentados e assassinatos.

O envolvimento do catolicismo brasileiro se fez sentir, em vários níveis e sob diversas formas, pela causa dos direitos sociais e humanos. Além de denúncias, os documentos, em nível oficial e pessoal, demonstram que não se tratava de uma questão isolada, abstrata ou individual. Era necessário buscar suas raízes e discutir com mais profundidade o seu significado e, assim, avançar na conquista desses direitos.

A luta pela justiça social, na teoria e na prática, abriu novos horizontes para a Igreja Católica. Novos serviços e novas experiências foram surgindo. O catolicismo foi ensaiando novos modos de agir e novas linguagens, em sintonia com os desafios da realidade brasileira. Isso alterou seu perfil institucional, sua função e seu lugar na sociedade brasileira. No entanto, a Igreja estava entrecortada por tendências diversas e divergentes. As brumas da crise que atravessavam a sociedade, atravessavam também o catolicismo. Uma significativa articulação de bispos, padres e leigos fecundou esse cenário. Sob os mais variados temas e orientações, outros projetos foram folheados. Autores diferentes interagiram na construção do futuro. Outros credos compuseram a

³ A propósito, lembramos o estudo de Frei Oscar Lustosa sobre a "Ação Social da Igreja e dos católicos no Brasil", que descreve os diversos projetos, movimentos e formas de organização. Considera a influência de várias encíclicas sociais e o contexto histórico brasileiro. Foi publicado no Boletim do CEPEHIB.

⁴ Esse autor tem um clássico estudo sobre o MEB. Fornece muitos subsídios sobre a origem desse movimento, como também esclarece sua organização, seus princípios, seus avanços e suas possibilidades.

⁵ A reconstituição da história desse jornal e, mais particularmente, dos personagens cristãos que antecedem ao golpe de 1964, está no estudo feito por BOTAS, Paulo C. Loureiro. *A bênção de abril - Brasil, Urgente: memória e engajamento católico (1963-64)*. Petrópolis: Vozes, 1983.

litania do incessante movimento humano dos direitos. Os olhares desse presente fizeram elo com as miradas do futuro, com novas utopias e possibilidades.

Referências bibliográficas

JOÃO XXIII, *Carta encíclica Mater et magistra*. Petrópolis: Vozes, 1961.

AS ENCÍCLICAS SOCIAIS DE JOÃO XXIII. *Mater et Magistra - comentários atualizados com a Pacem in Terris*. 2^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, 2v.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL / COMISSÃO CENTRAL. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DO BISPOS DO BRASIL / REGIONAL NORDESTE II. *Manifesto*. In: "Paz e Terra". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, 248.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Declaração da Comissão Central da CNBB*, in "Comunicado Mensal da CNBB" 196/198 (1969) 11:15.

———. *Documento da décima primeira assembléia geral da CNBB*, in "SEDOC" 3 (1970-1971): 85-86.

COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL DOS DIREITOS HUMANOS E MARGINALIZADOS DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Repressão na Igreja do Brasil: reflexo de uma situação de opressão (1968-1978)*. São Paulo: Artes Gráficas, 1978.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. *Educar para transformar: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de base*. Petrópolis: Vozes, 1984.